



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
Divisão de Tecnologia da Informação - DTI  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 1 de 18

**ANEXO I****TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL****TERMO DE REFERÊNCIA N.º /2018**

<b>OBJETO</b>	Aquisição certificado digital para os domínios do TCDF disponibilizados na internet.
<b>PROCESSO</b>	21.230/2018
<b>ESTIMATIVA</b>	R\$ 2.237,66
<b>FORNECIMENTO</b>	INTEGRAL
<b>TIPO</b>	MENOR PREÇO UNITÁRIO

**RESPONSÁVEIS PELO TERMO DE REFERÊNCIA:****EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO:**

Ednaldo Ramos de Souza  
João Guilherme Granja e Reis  
Oswaldo Junqueira Vaz Junior

**TELEFONE:** (61) 3314-2306 / (61) 3314-2870

**EMAIL:** ednaldos@tc.df.gov.br /  
joaoguilherme@tc.df.gov.br /  
oswaldo@tc.df.gov.br

**EQUIPE TÉCNICA:**

Alessandro Salomão Gonçalves

**TELEFONE:** (61) 3314-2762**EMAIL:** alessandro.goncalves@tc.df.gov.br



## **1. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

- 1.1. Aquisição de Certificado Digital SSL de validação completa (tipo wildcard) para servidor web, válido por 24 meses.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

### **2.1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1.1. O TCDF mantém um sítio na rede mundial de computadores (internet), cujo domínio é o <www.tc.df.gov.br>, com objetivo de divulgar ações no cumprimento de sua missão institucional.

2.1.2. Várias das funcionalidades do sítio do TCDF, disponibilizadas ao público geral, possuem navegação segura (criptografada), que somente se concretiza por intermédio de Certificado Digital para servidor web, que esteja em plena validade.

2.1.3. Atualmente, o TCDF possui licenças de Certificado digital de validação completa (tipo wildcard) para servidor web que, contudo, possuem validade até novembro/2018.

2.1.4. Assim, necessária e urgente é presente contratação, com vistas a manter o mesmo nível de segurança na navegação do sítio, bem como evitar problemas que possam inviabilizar a navegação.

2.1.5. Considerando-se o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) para o triênio 2016-2019, serão contemplados os seguintes objetivos estratégicos (OE):

- 2.1.5.1. Aprimorar os serviços prestados pelo TCDF a sociedade.
- 2.1.5.2. Aprimorar a comunicação com a sociedade e estimular o controle social (OE5).
- 2.1.5.3. Promover a transparência dos atos de controle e de gestão (OE6)
- 2.1.5.4. Garantir estrutura adequada à estratégia (OE 12).
- 2.1.5.5. Prover soluções de TI adequadas à estratégia (OE 15).

### **2.2. MOTIVAÇÃO**

#### **2.2.1. Razões de direito:**



2.2.2. Conforme o art. 27, incisos IX e X, respectivamente, do regulamento dos Serviços Auxiliares do TCDF, aprovado pela Resolução TCDF nº 273/2014, cabe à Divisão de Tecnologia da Informação do TCDF (DTI):

2.2.2.1. Planejar a aquisição, contratação ou locação de recursos de Tecnologia da Informação de que o Tribunal necessite;

2.2.2.2. Zelar pela segurança e integridade de sistemas, dados e informações constantes em bases de dados corporativas.

**2.2.3. Razões de fato:**

2.2.3.1. No que diz respeito ao uso dos sistemas corporativos do TCDF, acessados pela rede mundial de computadores, cabe destacar que a falta ou vencimento do prazo de validade do certificado digital reconhecido pelos navegadores pode gerar insegurança ao usuário (jurisdicionados / servidores) no uso desses sistemas.

**2.3. RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS**

2.3.1. Espera-se manter o mesmo nível de segurança na navegação do usuário, bem como evitar problemas nas funcionalidades já disponibilizadas ao público geral através do sítio do TCDF.

2.3.2. Assim, o usuário ao acessar o sítio do TCDF através de uma conexão criptografada, verá as mensagens em seu navegador de que está em um sítio seguro e que pertence ao Tribunal.

**3. DESCRIÇÃO DO OBJETO**

**3.1. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA**

3.1.1. O Certificado digital de validação completa, tipo wildcard, para servidor web, a ser adquirido pelo TCDF observará as quantidades e os preços máximos previstos neste Instrumento, bem como as seguintes especificações:

3.1.1.1. Deve ser certificado SSL de Raiz Internacional e validação completa;

3.1.1.2. Deve possuir validade mínima de 2 (dois) anos, a partir da data de emissão;



- 3.1.1.3. Deve permitir a instalação em um domínio e ilimitados subdomínios;
- 3.1.1.4. Deve permitir ilimitadas instalações em servidores sem restrições ou custos;
- 3.1.1.5. Deve possuir licença de uso para ilimitados servidores, sem restrições ou custos;
- 3.1.1.6. Deve possuir reemissão gratuita e ilimitada durante o período de validade do certificado;
- 3.1.1.7. Deve suportar criptografia forte padrão SHA256;
- 3.1.1.8. Deve suportar chave de segurança com 2048 (dois mil e quarenta e oito) bits;
- 3.1.1.9. Deve ser compatível com servidores que suportem os protocolos SSL e TLS e explicitamente os sistemas operacionais Windows Server e distribuições Linux (Red Hat, CentOS, Ubuntu Server e Debian);
- 3.1.1.10. Deve possuir o certificado raiz da autoridade certificadora dentre as que já vêm previamente instaladas e configuradas nos principais navegadores e dispositivos que suportem certificados SSL/TLS, dentre eles: Microsoft Internet Explorer, Microsoft Edge, Mozilla Firefox, Google Chrome, iPhone, Android e Windows Phone;;
- 3.1.1.11. Deve incluir prestação de suporte remoto, via telefone, e-mail, chat e/ou website, por equipe de técnicos especializados, para esclarecimento de dúvidas.

3.1.2. A validação presencial dos certificados deverá ser realizada nas dependências do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

## 3.2. **DOS REQUISITOS NÃO FUNCIONAIS**

3.2.1. Considerando que a validade do certificado digital, atualmente em uso no TCDF, expira em novembro de 2018, bem como a necessidade de ajustes e configurações da equipe da DTI em relação ao novo produto a ser adquirido, a aquisição deve prevê que a emissão do certificado deverá ocorrer



impreterivelmente na segunda quinzena de setembro de 2018, sem antecipações ou atrasos.

3.2.2. A validade de 24 meses do certificado deve ter como termo inicial a data de emissão e entrega do certificado digital pela empresa contratada.

#### **4. MODELO DE FORNECIMENTO DE OBJETO E INSTRUMENTO DE AJUSTE**

##### **4.1. DO MODELO DE FORNECIMENTO DO OBJETO**

4.1.1. No fornecimento do objeto deverão ser observados: as especificações técnicas estabelecidas e estimativa de Preços do presente Termo, bem como as tecnologias e os padrões de qualidade exigidos pelo ajuste.

4.1.2. O fornecimento do objeto será realizado de forma integral, devendo o certificado digital ser emitido e entregue impreterivelmente na segunda quinzena de setembro de 2018, sem antecipações ou atrasos.

4.1.3. Os produtos deverão ser entregues com a respectiva nota fiscal, para ateste e liquidação da despesa.

4.1.4. A contratante somente emitirá Nota Fiscal, para liquidação e pagamento da despesa, após a entrega e execução do objeto, conforme disposto no item 4.1.2.

##### **4.2. DO INSTRUMENTO DE AJUSTE**

4.2.1. Sem prejuízo do Capítulo III da Lei 8.666/93, o presente Instrumento, os demais anexo(s) e a proposta do(s) adjudicatário(s) serão partes integrantes da Nota de Empenho de Despesa, a qual substituirá o Instrumento de Contrato.

4.2.2. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis após convocação, podendo ser prorrogado por igual período, de acordo com o § 1º do art. 64 da Lei 8.666/93, caracteriza o descumprimento total da obrigação, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas e faculta ao TCDF convocar os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação.

4.2.3. O prazo de que trata o subitem 4.2.2 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, na forma do disposto no § 1º do art. 64 da Lei nº 8.666/1993.

4.2.4. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto do presente Termo de Referência.



#### 4.3. DO LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

4.3.1. O Certificado Digital SSL de validação completa, tipo wildcard, para servidor web, deverá ser emitido e entregue ao responsável pelo Serviço de Infraestrutura do TCDF – SI/TCDF, que poderá ser contatado pelo telefone (61) 3314-2741.

4.3.2. 4.3.2 A validação do certificado digital deverá ser presencial e poderá ser procedida pelos técnicos da SI/TCDF.

4.3.3. 4.3.3 A Contratada oferecerá todo o suporte e auxílio que se fizerem necessários aos Técnicos da DTI/TCDF

### 5. MECANISMOS DE GESTÃO CONTRATUAL

#### 5.1. PAPEIS E RESPONSABILIDADES

5.1.1. Para fornecimento do objeto será implementado o método de trabalho baseado no conceito de delegação de responsabilidade. Esse conceito define o CONTRATANTE como responsável pela gestão do contrato e pela verificação de aderência dos serviços / fornecimentos prestados aos padrões de qualidade exigidos e a CONTRATADA como responsável pela execução dos serviços / fornecimentos e gestão dos recursos humanos necessários.

5.1.2. O fornecimento dos produtos contratados pressupõe a existência dos seguintes papéis e responsabilidades:

5.1.2.1. **Fiscal do Contrato:** é o servidor ou comissão de servidores designados pelo CONTRATANTE, responsável(eis) pelo acompanhamento e pela fiscalização técnica da execução contratual e, ainda, pela verificação dos resultados pretendidos e pelo recebimento definitivo dos serviços / fornecimentos;

5.1.2.2. **Preposto:** funcionário representante da empresa contratada, responsável por acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal com o contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

#### 5.2. DEVERES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE



5.2.1. Designar servidor ou comissão de servidores para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do ajuste, assim como para atestar a execução do objeto.

5.2.2. Receber o objeto contratado e atestar a Nota Fiscal/Fatura, desde que atendidas todas as exigências e especificações para os produtos e serviços, constantes do presente Termo de Referência e do Instrumento Convocatório.

5.2.3. Efetuar o pagamento devido, após o adimplemento da obrigação, mediante Nota Fiscal devidamente atestada, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato.

5.2.4. Relacionar-se com a CONTRATADA, exclusivamente, por meio de pessoa por ela credenciada.

5.2.5. Informar à CONTRATADA, oficialmente, quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato.

5.2.6. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes, que venham ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA ou por seu preposto.

5.2.7. Permitir, dentro das normas internas, o acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências, para o fornecimento do(s) produto(s).

5.2.8. Cumprir e fazer cumprir o disposto no presente Instrumento e no Edital, exercendo a fiscalização do fornecimento do objeto.

### **5.3. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

5.3.1. Manter todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas no procedimento licitatório, durante o período de vigência contratual, e sujeitar-se a outras obrigações previstas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), que sejam compatíveis com o regime de Direito Público.

5.3.2. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente contratação, conforme inciso VI, do art.78, da Lei nº 8.666/93.

5.3.3. Entregar o(s) produto(s) e serviços em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas, na quantidade indicada na Nota de Empenho e em perfeitas condições de uso, no prazo estabelecido no item 4.1.2.

5.3.4. Entregar, no prazo estabelecido, o objeto deste Termo de Referência, junto à Divisão de Tecnologia da Informação do TCDF.



5.3.5. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento das exigências do presente Termo de Referência, no Edital e seus anexos, utilizando-se de empregados treinados e devidamente habilitados para sua execução.

5.3.6. Assumir a responsabilidade pelo transporte e entrega do(s) produto(s) no local indicado pelo CONTRATANTE.

5.3.7. Responsabilizar-se pelas despesas referentes a tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, transportes, embalagens, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham incidir na execução do ajuste.

5.3.8. Indicar profissional para, sem prejuízo de suas atividades, atuar como preposto da CONTRATADA junto ao CONTRATANTE.

5.3.9. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias na contratação objeto da presente licitação, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contratado.

5.3.10. Fornecer ao CONTRATANTE todas as informações que este considere necessárias à fiel execução de suas obrigações contratuais, bem como àquelas essenciais ao desempenho e à confiabilidade do objeto contratado.

5.3.11. Acatar as recomendações e solicitações efetuadas pela fiscalização do contrato, atinentes ao atendimento da presente contratação.

5.3.12. Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, além de outras ocorrências relevantes, em tempo hábil para as devidas providências saneadoras.

5.3.13. Ressarcir o CONTRATANTE por quaisquer danos ou prejuízos causados à Administração, por sua culpa ou dolo, em decorrência da execução do contrato, nos termos do art. 70 da Lei nº 8.666/1993.

5.3.14. Não utilizar o nome do TCDF ou sua qualidade de CONTRATADA em quaisquer atividades de divulgação empresarial, inclusive em cartões de visita, anúncios e impressos.

5.3.15. Recolher, no prazo estabelecido, valores referentes a penalidades de multas que, eventualmente, lhe sejam aplicadas, por meio de procedimentos administrativos, decorrentes de descumprimento das obrigações contratuais.





5.3.16. Substituir, às suas expensas, no prazo estabelecido pela Fiscalização do Contrato, os produtos recusados, quando da fase de seu recebimento.

#### **5.4. DA FISCALIZAÇÃO**

5.4.1. A execução do ajuste será acompanhada e fiscalizada por fiscal do contrato, especialmente designado, que anotarà em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, além das atribuições elencadas no art. 2º da Instrução TCDF no 03, de 22/12/1997.

5.4.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive resultante de imperfeições técnicas, vícios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e na ocorrência destes, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes.

5.4.3. Sem prejuízo de outras atribuições legais, poderá a fiscalização da CONTRATANTE:

5.4.3.1. Determinar as medidas necessárias e imprescindíveis à correta execução do objeto contratado, bem como fixar prazo para as correções das falhas ou irregularidades constatadas; e

5.4.3.2. Sustar quaisquer serviços ou fornecimentos que estejam sendo realizados em desacordo com o especificado neste instrumento, ou ainda que possa atentar contra o sigilo de informações, a segurança de pessoas ou bens da Contratante.

5.4.4. As decisões e providências que ultrapassarem a competência da fiscalização do objeto deverão ser autorizadas pela autoridade competente desse Tribunal em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

#### **5.5. DA VIGÊNCIA, DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES**

5.5.1. O prazo de entrega dos produtos é de no máximo 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho.

5.5.2. O prazo de vigência do ajuste se dará conforme estabelecido no item 3.2.2.

5.5.3. Nos termos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993, os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega poderão ser prorrogados, deverão ser



mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada à manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro.

#### **5.6. DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

5.6.1. O objeto contratado será recebido por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante recibo, após o decurso do prazo de até 5 (cinco) dias de observação que comprove sua adequação aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei nº 8.666/1993.

5.6.2. Em caso de conformidade, o servidor ou comissão liberará o pagamento e emitirá o aceite definitivo do objeto.

5.6.3. Qualquer desconformidade quanto ao objeto contratado, apontada pelo servidor ou comissão, acarretará o não recebimento. O servidor ou comissão discriminará em termo circunstanciado, em 02 (duas) vias, as irregularidades encontradas, ficando a CONTRATADA com o recebimento de uma das vias para as devidas providências, até o prazo previsto para o adimplemento da obrigação, cientificada de que está passível das penalidades cabíveis previstas neste Projeto Básico.

5.6.4. À CONTRATADA caberá sanar as irregularidades apontadas no recebimento, até o prazo previsto para o adimplemento da obrigação, submetendo o objeto impugnado à nova verificação, ficando suspenso o pagamento até a execução das correções necessárias, sem prejuízo de aplicação das penalidades cabíveis previstas neste Projeto Básico.

5.6.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança com relação ao objeto contratado, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

#### **5.7. DO PAGAMENTO**

5.7.1. Ocorrendo o adimplemento da obrigação, a CONTRATADA emitirá Nota Fiscal que, após a devida atestação e regular liquidação, será objeto de pagamento a ser processado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, mediante Ordem Bancária creditada em conta corrente indicada pela CONTRATADA.



5.7.2. Nos termos do Protocolo ICMS 42, de 03.07.2009, os contribuintes enquadrados nos códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE – descritos no Anexo Único do referido Protocolo, deverão utilizar a Nota Fiscal eletrônica (NF-e) prevista no Ajuste SINIEF 07/05, de 30.09.2005, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, salvo nas hipóteses previstas naquele Protocolo.

5.7.3. Nos termos do art. 3º, §4º da Portaria nº 403/09 da Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal (SEF/DF), com redação dada pela Portaria SEF/DF nº 259/13, a obrigatoriedade de emissão de Nota Fiscal Eletrônica - NF-e em substituição à Nota Fiscal modelo 3 aplica-se, também, às prestações de serviços sujeitos ao ISS para a Administração Pública direta ou indireta, inclusive empresa pública e sociedade de economia mista, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para fatos geradores ocorridos a partir de 1º de abril de 2014.

5.7.4. Para que seja efetivado o pagamento deverá ser verificada a regularidade da empresa perante a Secretaria de Fazenda do Distrito Federal (SEF/DF), a Fazenda Nacional, a Caixa Econômica Federal quanto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF/CEF) e a Justiça Trabalhista (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT). Nesse sentido, é necessária a apresentação das Certidões Negativas de Débitos, emitidas pelos respectivos órgãos, em plena validade, caso as apresentadas na habilitação estejam vencidas.

5.7.5. Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento susinado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus por parte da Contratante.

5.7.6. Caso a CONTRATANTE não cumpra o prazo estipulado no item 5.7.1, pagará à CONTRATADA atualização financeira de acordo com a variação do IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas, proporcionalmente aos dias de atraso.

5.7.7. Se a CONTRATADA for optante pelo Simples Nacional, essa condição deverá ser informada na Nota Fiscal/Fatura, sob pena de ter retido na fonte os tributos incidentes sobre a operação, relacionados no art. 13 da Lei Complementar nº 123/2006.

5.7.8. Nenhum pagamento será feito à CONTRATADA, caso o(s) fornecimento(s) seja(m) rejeitado(s) pela fiscalização do contrato, devendo esse(s) ser(em)



substituído(s) ou corrigido(s) pela CONTRATADA de modo a obter a aprovação da fiscalização, quando for o caso.

5.7.9. Nos termos da Lei Distrital nº 5.319/14, o contribuinte do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, ainda que imune ou isento, cuja sede ou matriz econômica seja estabelecida em outra unidade da federação, sem filial no Distrito Federal, mas que, por força de contrato, convênio ou termo, vise à prestação de serviços no Distrito Federal, em caráter permanente ou temporário, fica obrigado a inscrever-se no Cadastro Fiscal do Distrito Federal - CF/DF.

#### 5.8. **DO REAJUSTE**

5.8.1. O valor do objeto desta licitação é fixo e irrevogável.

#### 5.9. **DA GARANTIA CONTRATUAL**

5.9.1. Não será exigida a garantia contratual prevista no art. 56 da Lei nº 8.666/1993.

#### 5.10. **MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO**

5.10.1. Para informar o descumprimento de alguma norma pela CONTRATADA será utilizado o envio de ofícios escritos, para ciência e providências.

5.10.2. O uso de mensagens eletrônicas (e-mail) também pode ser utilizado para agilizar a comunicação entre as partes.

### **6. ESTIMATIVA DE PREÇO**

6.1. O valor estimado para o objeto da presente contratação é de **R\$ 2.237,66** (dois mil, duzentos e trinta e sete reais e sessenta e seis centavos), conforme detalhado na planilha estimativa de preços constante do Anexo II e descrito abaixo:

### **7. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

7.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto neste Instrumento correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento do Tribunal de Contas do Distrito Federal.



- 7.2. A Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças do TCDF indicará o Programa de Trabalho, a fonte, a natureza de despesa, o código de subatividade e outras informações atinentes à classificação orçamentária do serviço.

## **8. DAS SANÇÕES APLICÁVEIS**

- 8.1. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a Nota de Empenho, deixar de entregar documentação exigida, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o Distrito Federal pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento, no instrumento de ajuste e disposições legais.
- 8.2. O CONTRATANTE poderá, ainda, utilizar-se da sanção de advertência, prevista no art. 87, I, da Lei n.º 8.666/1993, aplicada ao pregão subsidiariamente.
- 8.3. As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com o Distrito Federal poderão ser aplicadas à CONTRATADA, juntamente com a multa administrativa.
- 8.4. Em caso de descumprimento dos prazos estabelecidos neste instrumento, poderá ser aplicada à CONTRATADA multa moratória de valor equivalente a 0,20% (vinte por cento) por dia de atraso sobre o custo do fornecimento, não ultrapassando o limite de 10% (dez por cento) sobre este valor.
- 8.4.1. As multas previstas neste item serão calculadas considerando-se os dias consecutivos a partir do dia útil imediatamente subsequente ao do vencimento.
- 8.5. Pela inexecução parcial ou total do ajuste, o CONTRATANTE poderá garantir a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA multa de 10% (dez por cento) ou 15% (quinze por cento), respectivamente, sobre o valor total da contratação.
- 8.6. No caso de aplicação de multa, será observado o limite mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) para sua cobrança, exceto quando for necessária, além da referida multa, a aplicação de uma das penalidades prevista neste Capítulo.



- 8.7. As multas tratadas neste item serão descontadas do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE, ou na impossibilidade de ser feito o desconto, recolhidas pela CONTRATADA mediante depósito em conta corrente do CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.
- 8.8. A recusa injustificada do adjudicatário em aceitar a Nota de Empenho (NE) no prazo de 05 (cinco) dias úteis após seu envio, caracteriza o descumprimento total da obrigação, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas e faculta ao TCDF convocar os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação.

## **9. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **9.1. DO CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS**

9.1.1. Será adotado o critério de MENOR PREÇO para julgamento e classificação das propostas, observados os prazos máximos, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos neste Instrumento.

9.1.2. O produto a ser adquirido enquadra-se como produto comum e com o preço dentro do valor está nos termos do art. 24, II, da Lei nº 8.666/1993, por possuir valor dentro desse limite, podendo ser contratado por Cotação Eletrônica.

9.1.3. No preço cotado deverá ser incluído todas e quaisquer despesas necessárias para o fiel cumprimento do objeto desta contratação, inclusive os custos com salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal do fornecedor, como também transportes de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pelo Fornecedor.

### **9.2. DA ADEQUABILIDADE DO OBJETO OFERTADO**

9.2.1. A CONTRATADA será convocada a apresentar folders, catálogos ou fotos dos produtos oferecidos ou, ainda, indicar o site do fabricante para que sejam comprovadas as características do objeto ofertado.

9.2.2. A comprovação das características do objeto ofertado será feita com base em:

9.2.2.1. Proposta técnica;



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
Divisão de Tecnologia da Informação - DTI  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 15 de 18

9.2.2.2. Folheto(s) e/ou folder(es) técnico(s) do fabricante; e

9.2.2.3. Informações obtidas no site do fabricante na Internet.

9.2.3. Será rejeitado o objeto proposto que:

9.2.3.1. Apresentar divergência em relação às especificações técnicas;

9.2.3.2. Apresentar qualquer tipo de falha durante o teste de uso, após a entrega do produto, a critério do CONTRATANTE;

## 10. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

10.1. As disposições constantes neste instrumento foram elaboradas com base nos seguintes normativos:

10.1.1.1. Lei nº 8.666/1993;

10.1.1.2. Resolução TCDF nº 273/2014;

10.1.1.3. Decreto Federal nº 5.450/2005;

10.1.1.4. Lei Complementar nº 123/2006; e

10.1.1.5. Lei Distrital nº 5.319/2014

## 11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Independente de declaração expressa, a simples participação nesta Cotação Eletrônica implica a aceitação das condições nela presentes e submissão total às normas nela contidas, bem como ao edital de Cotação Eletrônica no \_\_/2015-TCDF:

11.1.1. Disponível em no sítio [www.tc.df.gov.br](http://www.tc.df.gov.br), seguindo os seguintes passos:

11.1.1.1. No frame a esquerda inferior, clicar em **Transparência Administrativa**;

11.1.1.2. Clicar em **Licitações/Contratos**;

11.1.1.3. Clicar em **Licitações em andamento**

11.1.1.4. Clicar em **Cotação Eletrônica**

11.1.1.5. Clicar em **Edital no \_\_/2018**.

11.2. É facultado ao TCDF, em qualquer fase desta cotação eletrônica, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

11.3. Caso os prazos definidos neste Instrumento não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento desta Cotação.



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
Divisão de Tecnologia da Informação - DTI  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 16 de 18

- 11.4. Em caso de divergência entre normas infra legais e as contidas neste Instrumento, prevalecerão as últimas.
- 11.5. Em caso de dúvida sobre a Cotação Eletrônica é conveniente o contato com o Serviço de Licitação, via fones (61) 3314-2742 ou 3314-2202, das 13h00 às 18h30, para obtenção dos esclarecimentos que julgar necessários.
- 11.6. O esclarecimento de dúvidas de ordem técnica poderá ser realizado no Divisão de Tecnologia da Informação do TCDF, localizado no Térreo do Ed. Anexo do Tribunal de Contas do Distrito Federal, telefone (61) 3314 2242.

## **12. ANEXOS**

- 12.1. ANEXO II – ESTIMATIVA DE PREÇOS;
- 12.2. ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO.

## **13. DOS RESPONSÁVEIS PELO PROJETO**

- 13.1. São responsáveis pelo projeto o Chefe do Serviço de Suporte ao Usuário Final (SSUF) da Divisão de Tecnologia da Informação (DTI) e o Supervisor de Planejamento da Contratação (SPC).





**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
Divisão de Tecnologia da Informação - DTI  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 17 de 18

**ANEXO II - ESTIMATIVA DE PREÇOS**

Item	Qtde.	Preços Coletados (Mensal)			Média	Total (24 meses)
		ActiveWeb	SECNET	VALID		
Aquisição de certificado digital SSL de validação completa (tipo wildcard) para servidor web, válido por 24 meses.	1	2.723,20	1.999,80	1.990,00	2.237,66	2.237,66
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO</b>						<b>2.237,66</b>



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
Divisão de Tecnologia da Informação - DTI  
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 18 de 18

### **ANEXO III - MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

[ **NOME DA LICITANTE** ], CNPJ, endereço, representante, vem apresentar proposta de preços, para contratação de empresa especializada para o **FORNECIMENTO DE CERTIFICADOS WEB**, para atendimento das necessidades do Tribunal de Contas do Distrito Federal, conforme abaixo:

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	und	Certificado Digital SSL de validação completa, tipo wildcard, para servidor web, com validade mínima de 24 (vinte e quatro) meses.		
<b>VALOR TOTAL</b>					

( \* ) Valor Total do Item a ser lançado no sistema do **Compras Governamentais**.

**Prazo de entrega:** 15 (quinze) dias corridos, após a entrega da Nota de Empenho.

**Prazo de validade da proposta:** mínimo 60 (sessenta) dias corridos da data de realização do certame.

**Declaração:** A ( **NOME DA LICITANTE** ) declara que atende aos requisitos previstos no art. 2º da Lei Distrital nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012.

**Nome da Empresa:**

**CNPJ:**

**Endereço:**

**Telefone/fax:**

**Banco/agência/conta:**

**E-mail:**